

## **TRABALHO DOCENTE, POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS E “CAPITALISMO ACADÊMICO” NO BRASIL.**

**Maria Rosimary Soares dos Santos – UFMG**

mrsantos@fae.ufmg.br

**Halley Scarlet Almeida - UFMG**

halleyesc@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho é resultado do desenvolvimento da primeira etapa da pesquisa “Trabalho docente e capitalismo acadêmico: políticas universitárias 1994-2006”. O trabalho consistiu na análise bibliográfica e documental sobre a temática do trabalho docente a partir do levantamento detalhado da produção acadêmico-científica disponível no portal da CAPES. Realizou-se a análise e avaliação da produção acadêmica sobre trabalho docente na educação superior, ressaltando os aspectos metodológicos e analíticos da produção. A pesquisa foi financiada pela Pró-reitoria de pesquisa da UFMG.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Trabalho docente, Políticas Universitárias.

### **Introdução**

Ao analisar as alterações sofridas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e suas conseqüências sobre o trabalho docente, o conceito de *capitalismo acadêmico* adquire relevância. Esta idéia desenvolvida por pesquisadores da educação superior busca elucidar a orientação das recentes transformações promovidas nas universidades públicas, cujo propósito é o de convertê-las em espécie de empresas lucrativas que procuram, assim como as outras empresas que operam no mercado, maximizar seus recursos para obter o maior lucro possível. Refere-se, portanto, ao uso que as universidades fazem do seu único ativo real - o capital humano de seus acadêmicos, bem como às iniciativas e comportamentos economicamente motivados, implementados com o intuito de obter recursos externos.

No que tange o trabalho docente, o conceito de docência e pesquisa é reconfigurado, o docente convertido em um captador de recursos e, muitas vezes, em um gestor de projetos. Indaga-se diante desse quadro, se as mudanças introduzidas nas universidades públicas não estariam gerando e/ou agravando um processo de intensificação e precarização do trabalho docente. Identificar e analisar as transformações ocorridas na organização e gestão da educação superior trazidas pela nova regulação educacional dos anos 1990 e 2000, bem como as principais características do capitalismo acadêmico e o seu impacto no trabalho docente são os objetivos principais deste estudo.

O trabalho que ora apresentamos é resultado do desenvolvimento da primeira etapa da pesquisa que consistiu na análise bibliográfica e documental sobre a temática do trabalho docente, a partir do levantamento detalhado da produção acadêmica disponível no portal da

CAPES. Os estudos acadêmicos foram classificados em eixos e categorias de análise, a saber: gênero, natureza e processos de trabalho; identidade e representação; condições/relações e processos de trabalho; sindicalismo e resistências; impacto das reformas; mal-estar docente e saúde do professor. Feito isto, realizou-se análise e avaliação da produção acadêmica sobre trabalho docente na educação superior, ressaltando os aspectos metodológicos e analíticos desta produção.

## **1 Reformas educativas e trabalho docente na educação superior**

As últimas décadas do século XX marcaram profundamente o contexto escolar brasileiro com reformas educacionais que alteraram, significativamente, a organização e a gestão escolar. As atuais reformas na educação (Básica e Superior) são motivadas e/ou decorrem das mudanças na regulação do estado capitalista. Esta idéia, discutida por vários autores, busca demonstrar a relação da política educacional com as mudanças no modelo de regulação social. Uma das conseqüências dessas mudanças tem sido a alteração do papel do Estado na oferta e/ou execução de políticas e serviços públicos (OLIVEIRA, 2005; BARROSO, 2003).

A globalização e as transformações no modo de produção capitalista - transição do fordismo à acumulação flexível – enquanto processos de reestruturação do capital foram algumas das saídas encontradas pelo capital para a retomada do crescimento econômico após o fim do ciclo de expansão iniciado no segundo pós- guerra. Nesse contexto de *nova regulação social* são demandadas reformas educacionais com o intuito de formar força de trabalho adequada às exigências do capitalismo. É também nesse contexto que as políticas educacionais são definidas, tendo como principais características a descentralização, a flexibilização, a privatização e a desregulamentação, entre outras (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003; BARROSO, 2003; OLIVEIRA, 2009).

No âmbito da educação superior, as mudanças foram profundas e abriram novas vias para parcerias da universidade com entes públicos e privados, re-configurando particularmente a idéia de autonomia universitária. A autonomia preconizada passa a ser fundamentalmente em relação ao Estado e almeja tornar a universidade uma organização capaz de interagir livremente com a sociedade, mais precisamente, com o mercado.

O avanço das políticas heteronômicas sobre as universidades públicas tem sistematicamente negado e/ou re-significado a autonomia universitária, impactando também o trabalho docente. As proposições acerca da autonomia nos anos recentes objetivam liberar as

universidades de amarras legais e burocráticas para que possam captar e administrar recursos. No que tange o trabalho docente, buscam converter o docente em um captador de recursos e, muitas vezes, em um gestor de projetos, re-configurando o próprio conceito de docência e pesquisa.

Assim sendo, o Estado pressupõe que o docente é potencialmente um empreendedor, com isso, busca instituir mecanismos que induzam os docentes a adequarem as atividades inerentes à profissão de acordo com os resultados estabelecidos pelos interesses mercantilistas (VIEIRA & OLIVEIRA, 2007). Não menos importante, essa nova dinâmica não alcança igualmente todas as áreas e perspectivas teóricas, epistemológicas e epistêmicas, criando diferenciações internas e tensões entre os docentes, em especial devido à remuneração desigual que se instala.

Um novo *ethos* acadêmico é instituído por meio de um sistema de avaliação. No Brasil, com a implantação da Gratificação de Estímulo a Docência (GED), em 1998, é introduzida uma série de critérios com o objetivo de aferir a produtividade do professor. Os indicadores de avaliação impõem um determinado perfil do que é ser um docente produtivo. Nesse contexto, alguns autores destacam o surgimento de um processo crescente de alienação (ou perda de autonomia) do trabalho docente e de transformações essenciais em sua forma, bem como de uma desqualificação e des-profissionalização diante das injunções legais que ditam os procedimentos com fins de controle e avaliação dos resultados (VIEIRA & OLIVEIRA, 2007).

É preciso realçar que grande parte desses indicadores de produtividade, bem como das diretrizes curriculares e dos mecanismos de avaliação, que conformam e deformam o trabalho docente foram realizados em outros âmbitos fora da universidade. Até mesmo os editais de pesquisa são exógenos. Por isso, muitos autores (BARRETO & LEHER, 2003; OLIVERA, 2004; MAUÉS, 2005) propugnam que a função docente é cada vez mais simplificada e empobrecida e o trabalho do professor (a), heterônomo.

Pode-se dizer que a ênfase nas avaliações padronizadas e nos indicadores de desempenho institui, conforme Santos (2004, p. 1153), uma “cultura da performatividade e do desempenho”. Essa cultura, assegurada por um “Estado Avaliador”,

“[...] vai sutilmente instilando nos professores uma atitude ou um comportamento em que eles vão assumindo toda a responsabilidade por todos os problemas ligados ao seu trabalho e vão se tornando pessoalmente comprometidos com o bem-estar das instituições” (SANTOS, 2004, p. 1153).

No âmbito da educação básica, estudos realizados em diferentes países têm demonstrado os efeitos perversos da cultura do desempenho sobre as escolas e professores.

Tanto os docentes quanto os alunos sofrem suas conseqüências. Os docentes “[...] vão perdendo o interesse em trabalhar com atividades e aspectos que não estejam diretamente relacionados com os indicadores de desempenho”, e os alunos passam a ser treinados para obter bons resultados nos testes (SANTOS, 2004, p. 1153).

Com relação à educação superior, as alterações no trabalho docente em decorrência do aprofundamento da cultura do desempenho denotam, por sua vez,

“[...] a preocupação crescente dos docentes universitários em realizar o maior número de pesquisas e de publicações, mesmo que estas não satisfaçam seus interesses e estejam aquém de seu potencial intelectual em termos de qualidade, mas que sejam capazes de garantir a quantidade, o que resultará, muitas vezes, em um melhor conceito sobre seu trabalho e da sua instituição, por parte dos comitês criados pelo Estado avaliador” (SANTOS, 2004, p. 1153).

As reformas e ajustes estruturais conduzidos por interesses locais em conformidade com a agenda do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outros organismos multilaterais buscaram sedimentar um padrão de acumulação denominado por David Harvey (2004) “acumulação por desapropriação”. As propostas do Banco Mundial refletiram nas reformas educacionais na América Latina e principalmente no Brasil, alcançando as universidades de forma profunda, realimentando um ciclo vicioso que fragiliza, ainda mais, a autonomia universitária. Desse modo, “o que antes era motivo de constrangimento, a venda de serviços ao mercado, [passa] a ser parâmetro de excelência acadêmica. [...] e o reconhecimento do professor é mensurado por sua capacidade empreendedora” (LEHER, 2005).

Nesse contexto, o conceito *capitalismo acadêmico* adquire relevância, pois permite explicar a orientação das transformações recentemente promovidas nas universidades públicas. O propósito é convertê-las em espécie de empresas lucrativas que buscam maximizar seus recursos e entrar em competição com outras empresas que operam no mercado com o mesmo fim: obter o máximo lucro possível.

Essa noção desenvolvida por Slaughter & Leslie (1999) refere-se ao uso que as universidades fazem do seu único ativo real - o capital humano de seus acadêmicos. E, assim, com o propósito de incrementar suas receitas, implementam um conjunto de iniciativas e comportamentos economicamente motivados para assegurar a obtenção de recursos externos (IBARRA, 2003).

Segundo Delgado (2006), o conceito *capitalismo acadêmico* esclarece não só a forma como os serviços universitários são transformados em mercadorias, assim como a crescente importância que adquirem, nas universidades públicas, as atividades que servem para conquistar clientes e obter maiores rendimentos. Desse modo, em muitas universidades

públicas, os investigadores passam a dedicar boa parte de sua jornada de trabalho e, sobretudo a sua inteligência, talento e disposição de trabalho, a buscar clientes no marco de programas de vinculação universidade/empresas.

Diante desse quadro, há de se admitir que as mudanças mais recentes introduzidas nas universidades latino-americanas têm agravado um processo de intensificação e precarização do trabalho docente. Essas mudanças trazem novos desafios para os trabalhadores docentes das universidades públicas e para os que fazem dos obstáculos seus objetos de investigação e análise.

Posto isso, acredita-se que a especificidade do trabalho docente requer estudos cuidadosos a respeito do processo de subsunção do trabalho docente ao capital e ao *capitalismo acadêmico*, buscando entender os aspectos da especificidade dessa categoria, principalmente quando se trata do controle do seu processo de trabalho. Portanto, alguns aspectos da atividade docente necessitam reflexão, tais como: profissionalização, composição de classe, processo de trabalho, organização do trabalho, autonomia e produção do conhecimento, produtivismo acadêmico.

Resta, então, dizer que a complexidade que perpassa o trabalho docente do ensino superior faz atentar à realidade educacional e, assim, tentar caracterizar toda essa dinâmica. Nesse sentido, é preciso compreender as re-configurações do público e as reformulações no âmbito do Estado e os seus impactos na universidade pública. Portanto, fica evidente a necessidade de estudos que possibilitem aprofundamento das questões acerca das transformações nas instituições de ensino superior e as conseqüências para o trabalho docente.

## **2 A produção sobre trabalho docente na educação superior**

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho consistiu basicamente no levantamento da produção acadêmico-científica sobre trabalho docente na educação superior, tendo como fonte de investigação a produção acadêmica (dissertações e teses) disponível no Portal da CAPES e artigos científicos publicados nos periódicos educacionais. Foram selecionados trabalhos realizados e/ou publicados no período de 1994 a 2008. Após esta seleção, os estudos foram classificados a partir dos seguintes eixos e categorias de análise: gênero, natureza e processos de trabalho, identidade e representação, condições/relações e processos de trabalho, sindicalismo e resistências, impacto das reformas, mal-estar docente e saúde do professor.

O trabalho permitiu identificar aspectos importantes com a relação à produção acadêmico-científica sobre o trabalho docente no Brasil. O primeiro deles diz respeito ao crescimento dos estudos nos últimos anos. Até o ano de 1999 foi catalogado apenas 11 estudos dos 112 trabalhos acadêmicos pesquisados no Portal da CAPES. Partindo dessa constatação indagamos se o crescimento da produção, na primeira década do século XXI, corrobora a tese de que as reformas educativas dos anos de 1990 impulsionaram os estudos sobre o trabalho docente na educação superior? Do total da produção acadêmica mais recente sessenta por cento foi enquadrada nos eixos *mal-estar e saúde do professor, condições/relações e processos de trabalho e impacto das reformas no trabalho docente*.

Outra questão orienta a presente análise, a concentração de estudos nesses eixos significa uma preocupação dos pesquisadores com as mudanças ocorridas nas Instituições de Educação Superior (IES), que, conforme ressaltado anteriormente tem agravado um processo de intensificação e precarização do trabalho docente? Dado os objetivos e limites deste trabalho analisaremos a produção acadêmica classificada nos eixos acima destacados.

## **2.1 Mal-estar e saúde do professor**

A produção acadêmico-científica que tem como foco a saúde e o mal-estar docente é relativamente mais extensa, quando comparada às demais. As análises têm buscado identificar as causas do mal-estar e do adoecimento docente, avaliar níveis de satisfação com o desenvolvimento da profissão e do trabalho nas diferentes instituições, a qualidade de vida no trabalho dos docentes nas IES, além das estratégias para se evitar e/ou combater o mal-estar dos professores.

A metodologia utilizada nos estudos consiste, predominantemente, em estudos exploratórios em uma única instituição pública ou privada, são poucos os estudos comparativos e/ou estudos abrangendo várias instituições ao mesmo tempo. Apesar de algumas variações, predomina a técnica de aplicação de questionários e a realização de entrevistas semi-estruturadas. A maioria dos estudos tem como objetivo abordar a relação entre condições de trabalho e processo de saúde-doença, com destaque para a chamada *síndrome do estresse*. As causas do estresse laboral, as situações desencadeadoras do estresse, as práticas e as formas de enfrentamento adotadas pelos docentes são objetos de investigação nas pesquisas catalogadas.

Além de pesquisas realizadas nas IES, cabe destacar o estudo acerca do processo de saúde-adoecimento de professores que atuam em ambiente virtual. A expansão da Educação a Distância (EAD) nos últimos anos revela a opção dos governos e instituições por uma

ampliação não presencial da educação superior. Neste sentido, estudos que tenham como objeto de investigação o trabalho docente na EAD podem oferecer subsídios importantes, não apenas para se evitar o adoecimento, mas principalmente para ampliar o debate sobre os significados da expansão a educação através da EAD (FREITAS, 2006).

Apesar maioria dos estudos não destacar a relação entre o mal-estar docente e as questões que chamamos a atenção na primeira parte deste trabalho, quais sejam, as mudanças nas políticas educacionais e na gestão da educação face à *nova regulação social* e ao *capitalismo acadêmico*, os estudos também buscam elucidar os vínculos entre mal-estar e adoecimento docente e as reformas administrativas e educativas das duas últimas décadas. Nesta perspectiva, destacam as condições e a sobrecarga de trabalho, que além de ser um fator que pode interferir de forma negativa na saúde docente, prejudica também a integração e socialização de conhecimentos. Destacam as mudanças recentes nas atividades acadêmicas de nível superior, o ambiente e a pressão sobre determinadas tarefas, o produtivismo, de um lado, e o empobrecimento da função de docente, de outro, a avaliação e os controles exacerbados. Questões essas, que alteram as experiências de trabalho e seus significados, e podem levar ao adoecimento.

## **2.2 Condições/relações e processos de trabalho**

Neste eixo foram incluídos os estudos que buscaram investigar diferentes aspectos do trabalho docente na educação superior, cujos focos vão desde a análise das práticas e das trajetórias pessoais e/ou profissionais dos docentes e suas relações com o contexto institucional e social, os fatores que influenciam no desenvolvimento da carreira e na profissionalização docente numa determinada IES, até estudos centrados na discussão das mudanças político-institucionais e seus impactos nas condições e processos de trabalho docente. Estes últimos em menor número.

Quanto aos trabalhos que tem como objetivo analisar as alterações nas condições, relações e processos de trabalho em decorrência das reformas e políticas recentes na educação superior, a preocupação tem sido o de demonstrar a existência de processos de alienação do trabalho docente, a ocorrência de processos de mercantilização, flexibilização e precarização do trabalho, a partir da implantação de políticas neoliberais na educação superior na década de 1990.

Sobre as IES públicas identificamos um trabalho que apesar de ter como preocupação uma *Análise Ergonômica* do trabalho docente demonstra como o cotidiano de trabalho dos professores nas universidades públicas é marcado por uma tensão entre valores mercantis impostos ao meio acadêmico sob a forma de indicadores de performance e os valores inerentes à historicidade dos professores. O estudo procura mostrar como os professores lidam com os principais condicionantes internos e externos da sua atividade, como por exemplo, a escassez de recursos humanos e financeiros, as elevadas exigências de produção, a pressão temporal, as múltiplas tarefas, e o comprometimento com o trabalho (SILVA, 2006).

Quanto às IES privadas encontramos estudos que procuram analisar as conseqüências das recentes políticas de ensino sobre as relações de trabalho dos professores da rede privada. As análises procuram evidenciar como as relações de trabalho são afetadas pelo fenômeno da flexibilização cujos principais efeitos são a degradação e a precarização do trabalho. Avaliam que no contexto das relações entre capital e trabalho, o despotismo empresarial é favorecido pelas novas formas de regulação do trabalho em detrimento dos professores. Neste sentido, a expansão do ensino superior privado nos últimos anos tem afetado a identidade dos docentes das IES particulares, evidenciando elementos de desencantamento e sofrimento entre os docentes no confronto do dia-a-dia das instituições e da gestão educacional que operam mediante critérios de mercado.

Alguns estudos também buscam demonstrar as conseqüências da implantação das políticas de avaliação sobre o trabalho docente, ressaltam em alguns casos, como um determinado modelo de gestão escolar influencia no sistema institucional, conseqüentemente no trabalho dos professores, como as políticas educacionais e avaliativas modificam a postura do profissional, redimensiona o trabalho e a prática docente, levando a necessidade de se ampliar a reflexão sobre os processos avaliativos e o trabalho docente.

Em suma, com relação aos trabalhos incluídos no eixo condições/relações e processos de trabalho podemos afirmar que ainda é pequena a produção acadêmica que tem como foco analisar as alterações nas condições de trabalho associando-as às mudanças na regulação das políticas educativas.

### **2.3 Impacto das reformas no trabalho docente**



Na primeira parte deste trabalho ressaltou-se a necessidade de estudos que tenham como objetivo compreender as re-configurações do público e as reformulações no âmbito do Estado e os seus impactos na educação superior, particularmente na universidade pública. É necessário ainda estudos que possibilitem aprofundar as questões referentes às transformações nas instituições de ensino superior e as conseqüências para o trabalho docente.

Apesar do número crescente de investigações que tem como objetivo analisar as mudanças nas IES nas duas últimas décadas, especialmente as mudanças decorrentes das ações governamentais que visaram reformar a educação superior brasileira, ainda é pequena a produção científico-acadêmica sobre os efeitos dessas ações no trabalho docente. A maioria dos estudos ressalta as contradições da reforma em curso, mas não aprofundam seus efeitos sobre os docentes.

Esta constatação é reforçada na pesquisa realizada. Apesar do crescimento da produção acadêmica sobre o trabalho docente na educação superior, principalmente a partir de 2000, os estudos classificados neste eixo tratam de forma genérica os impactos da reformas no trabalho docente.

De uma forma geral, os estudos primam por uma análise das transformações na educação superior, ressaltando as mudanças na gestão que resultaram no aprofundamento do processo de diversificação institucional e na privatização da educação. Neste contexto são analisados os efeitos desses processos quanto à qualidade, produção de novos conhecimentos e compromisso social das IES. Além disso, cabe destacar os estudos que investigam as reações da comunidade universitária às reformas propostas, como por exemplo, as resistências à implementação da reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, à desconstitucionalização da autonomia universitária, à redução do financiamento das IES públicas, etc. (FREITAS, 2005)

Prevalecem os estudos de caso que buscam compreender as reconfigurações nas IES em decorrência da reforma da educação superior. Neste sentido, destacam-se trabalhos que pretendem analisar os processos de privatização interna das universidades públicas e as alterações na organização da instituição. Sustentam que a reforma da educação está vinculada ao movimento de reforma do Estado, orientada por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, cuja centralidade consiste na redefinição do papel do Estado frente às políticas sociais, transferindo funções específicas de prestador de serviços para o mercado. Tal reforma tem levado a universidade à adesão de um novo modelo educacional que privilegia a mercantilização do ensino como o único mecanismo de superação da crise educacional (CHAVES, 2005).

Com relação ao trabalho docente destaca a intensificação de um movimento de “naturalização” das reformas e da privatização e terceirização da atividade universitária, que têm provocado mudanças nas concepções e práticas desenvolvidas e que contribuem para que a universidade passe a ser essencialmente “prestadora de serviços” para atender as demandas exclusivas do mercado capitalista. A universidade sob a égide do capitalismo acadêmico abandona a formação e a pesquisa para lançar-se no mercado competitivo, subordinando sua produção acadêmica às demandas e necessidades do capital e do mercado impostas pelos financiadores (CHAVES, 2005).

Cabe destacar os estudos que analisam a implantação de sistemas avaliativos internos e externos às universidades identificando-os como instrumentos de controle dos processos acadêmicos. Buscam analisar as implicações dos resultados da avaliação externa promovida pelos governos sobre a atividade docente, particularmente, o produtivismo e a competição resultante dessas avaliações.

Na classificação dos trabalhos no eixo impacto das reformas sobre trabalho docente, apenas dois estudos propõem discutir o trabalho docente e sua relação com os processos de reformas do Estado e da educação. Um deles busca investigar como se configura e se explica o trabalho do professor horista/aulista como profissional e trabalhador na educação superior no Brasil. O estudo procura evidenciar como a condição professor horista/aulista a presença de um modelo de organização da educação superior no Brasil que privilegia quase exclusivamente o ensino, assim como a separação deste das atividades de pesquisa e de extensão (MORENO, 1999).

O outro estudo busca compreender a configuração da política educacional no ensino superior nas classes numerosas. Propõe apreender a significação do surgimento do ensino de massas e o impacto desse modelo de universidade nos egressos, demonstrando as dificuldades que o fenômeno acarreta na disseminação e produção do conhecimento, prejudicando o trabalho docente e o aprendizado do estudante com repercussões significativas na inserção no mundo do trabalho. Identifica este modelo como sendo uma característica da universidade-empresa, produzida pela sociedade neoliberal (FORTES, 1998).

## **Considerações finais**

Neste trabalho procuramos apresentar os resultados da pesquisa realizada no Portal da CAPES com o intuito de levantar e analisar a produção científico-acadêmica sobre a temática do trabalho docente. Após classificação dos estudos em eixos e categorias de análise, realizou-se análise e avaliação da produção acadêmica sobre trabalho docente na educação superior, ressaltando os aspectos metodológicos e analíticos desta produção.

As questões que orientaram este trabalho foram: as reformas educativas dos anos de 1990 impulsionaram os estudos sobre o trabalho docente na educação superior? As mudanças ocorridas nas Instituições de Educação Superior (IES) têm gerado e/ou agravado o processo de intensificação e precarização do trabalho docente?

Diante um contexto de reformas do Estado e da educação superior buscou-se identificar e analisar as transformações ocorridas na organização e gestão da educação superior trazidas pela nova regulação educacional dos anos 1990 e 2000, bem como as principais características do *capitalismo acadêmico* e o seu impacto no trabalho docente.

Constatou-se um aumento significativo da produção acadêmica a partir dos anos 2000, o que revela uma preocupação crescente com a temática do trabalho docente na educação superior. Contudo, ainda é pequena a produção que tem como objetivo investigar o impacto das mudanças decorrentes das alterações na regulação educacional, assim como os estudos que têm como referência os mecanismos que geram ou aprofundam o *capitalismo acadêmico* nas universidades públicas.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel Goulart & LEHER, Roberto. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVERA, Dalila A. (org.) **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes/UNICAMP, vol. 26, n.92, p. 725-753, out. 2005.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

DELGADO, Jaime Ornelas. **Neoliberalismo y capitalismo académico**. Facultad de Economía de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2006.

FORTES, Nadabe Cardoso de Oliveira Alves. Salas numerosas: espaço de conhecimento ou informação ou diplomação? Marcas distintivas entre a universidade e as empresas de ensino. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Pontifícia de Campinas, Campinas, 1998.

FREITAS, Aparecida de Rocio. Reações da universidade pública e reforma administrativa do Estado. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Araraquara, 2005.

FREITAS, Leda Gonçalves. Saúde e processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Distrito federal, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio & Ciavatta, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes/UNICAMP, vol.24, n.82, p.93-130, abr. 2003.

HARVEY, David. Neoliberalismo e restauração do poder de classe. 2004. Disponível em: [http://resistir.info/varios/neoliberalismo\\_ago04\\_port.html](http://resistir.info/varios/neoliberalismo_ago04_port.html)> Acesso em nov. 2007.

IBARRA, Eduardo. Capitalismo académico y globalización: l a universidad reinventada. **Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes/UNICAMP, vol.24, n.84, p.1059-1067, set. 2003

LEHER, Roberto. Feições da mercantilização da educação e neocolonialismo. Disponível em: [http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Docs/13122005161150\\_An%C3%A1lise\\_rleher\\_dez05.doc](http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Docs/13122005161150_An%C3%A1lise_rleher_dez05.doc). Acesso em novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. A universidade nos países periféricos e o projeto de autonomia do MEC. **Revista da Adunicamp**. Campinas, n. 2, nov. 1999. Disponível em: <http://www.adunicamp.org.br/publicacoes/revista2/leher.htm>. Acesso em: agosto de 2006.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **O trabalho docente no contexto das reformas**. GT 5 – Política Educacional. 28º Reunião anual da ANPED. 2005. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em novembro 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORENO, Leda Virginia. A docência no ensino superior: a questão horista/aulista. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **As Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**. Campinas; CEDES. Dossiê: Globalização e educação: precarização do trabalho docente. (Parte II). Vol. 25. n. 89, 2004.

\_\_\_\_\_. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. **Educação & sociedade**, Campinas: Cedes/UNICAMP, vol. 26, n. 92, p. 753-776, Especial – out. 2005.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Formação de Professores na Cultura do Desempenho. **Educação & sociedade**, Campinas: Cedes/UNICAMP, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez. 2004.

SILVA, Meny Aparecida da. “Artífices de um ofício ou operários da fábrica do conhecimento? A tensão de valores cotidiano de trabalho dos professores de uma universidade pública”. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SLAUGHTER, Sheila & LESLIE, Larry L. *Academic capitalism: politics, policies and the entrepreneurial university*. Baltimore, USA/London, England: The Johns Hopkins University Press. 1999.

VIEIRA, Emília Peixoto & OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva. As condições do trabalho docente no ensino superior no contexto das reformas educacionais: impactos na realidade bahiana – a UESC em questão. Ilhéus/Bahia. Projeto de pesquisa. 2007.